

Apresentação

Dossiê sobre a proteção à criança e ao adolescente no Brasil

Marcelo Baumann Burgos

Este número da **Revista Desigualdade & Diversidade, do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio**, reúne textos que interpellam diferentes aspectos do sistema de proteção das novas gerações previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Seu objetivo é o de fomentar o debate acadêmico sobre um ponto especialmente sensível para o modelo criado pelo ECA, que é a premissa de que a sociedade brasileira deve investir em processos de longa duração – do zero aos 18 anos – para a preparação de seus adultos.

Considerando que, sobretudo em 2015, voltou a ganhar força no parlamento brasileiro a proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos, este dossiê surge da inquietação com os rumos desse debate, que não pode ser reduzido aos termos em que vêm sendo apresentado, em geral associado à questão da insegurança decorrente da suposta impunidade de adolescentes infratores. Afinal, bem compreendida, a redução da maioria coloca em xeque questões muito mais amplas, que tocam em convicções fundamentais para o projeto de sociedade desenhado na Constituição de 1988. Daí o entendimento de que o debate sobre a redução da maioria deve ser

encarado como uma oportunidade para um amplo esforço de mobilização das Ciências Sociais para pensarem o problema da criança e do adolescente no Brasil. Mais que tudo, a percepção que norteia este dossiê é a de que está em jogo a reflexão sobre a qualidade da democracia brasileira em um terreno especialmente relevante, que é o de como ela tem lidado com o princípio de que todas as crianças e adolescentes são portadoras do direito às mesmas garantias fundamentais, e às mesmas oportunidades para o pleno exercício da cidadania.

Este número aporta ao debate público um conjunto de artigos que, embora centrados no campo das Ciências Sociais, dialogam com diferentes campos disciplinares, muito especialmente o Direito, a Educação, a Psicologia e o Serviço Social. Em seu conjunto, o dossiê pode ser lido como um livro, tal a articulação e a complementaridade de temas, referências bibliográficas e agendas de pesquisa que seus artigos mobilizam.

O artigo de Irene Rizzini e Juliana Batistuta Vale, intitulado **Redução da Maioridade Penal: uma velha questão**, situa o debate atual em uma perspectiva histórica, chamando a atenção para os riscos de retrocesso ao “modelo societário anunciado pela Constituição Federal de 1988”. O artigo evidencia que esse modelo societário resultou de um processo não apenas nacional, mas também global, de afirmação dos direitos da criança. Porém, quando visto em uma perspectiva histórica, representou uma mudança profunda na tradição brasileira, e por isso mesmo está sempre sob a ameaça de forças conservadoras que clamam pela volta da “lógica punitiva que criminaliza a pobreza e policiza o social”.

Emiliano R. Brunet, em seu artigo, aborda de modo mais específico o sistema de socioeducação, que é um dos pilares do modelo de proteção integral da criança implantado pela democracia de 1988. Com base em evidências empíricas que denotam como esse sistema ainda estaria mais próximo da cultura prisional do que da educativa,

o autor mobiliza a noção de “problema público” para abrir espaço para uma reflexão acerca dos obstáculos axiológicos que impedem que a perspectiva da proteção se imponha sobre a da punição. Fazendo jus ao seu título, **Sobre o que silencia e o que se dá a ver: obstáculos e aberturas para uma experiência pública crítica e transformadora do sistema socioeducativo**, o artigo conclui com a aposta de que, caso valorizada e melhor articulada, a experiência das diferentes instituições envolvidas na socioeducação poderá dar lugar a uma resignificação desse sistema, tornando-o mais afim à proposta de proteção integral abraçada pelo ECA.

Em **Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**, o foco de atenção recai sobre a relação da escola com o Conselho Tutelar. A premissa do artigo, assinado por Marcelo Burgos, Aristóteles V. Carneiro, Marcelo Matos, Mariana J. Camasmie, Rafaelle Castro e Sarah L. Monteiro, é a de que temas comumente encarados como específicos da área de educação, tais como a infrequência e a evasão escolar, precisam ser estudados sob uma perspectiva sociológica mais abrangente, que os pense como dimensão central do sistema de proteção e de garantias fundamentais das novas gerações de brasileiros. O artigo argumenta que a massificação do acesso à escola no Brasil tem sido acompanhado por mecanismos perversos que acabam por expulsar parte de seus alunos da zona de atuação e de proteção da escola, expondo-os a situações de extrema vulnerabilidade. Em sua conclusão, o artigo sustenta que o elo entre a escola e o Conselho Tutelar pode vir a ser um importante aliado no combate aos efeitos mais devastadores dessa massificação.

O artigo de Ana Carolina Canegal e Sarah Laurindo Monteiro, intitulado **A Redução da Maioridade Penal a Partir do Debate Sobre Socialização e Garantia ao Direito à Educação**, dialoga diretamente com os dois artigos anteriores, considerando a escola, o conselho tu-

telar e o sistema de socioeducação como segmentos interdependentes do que caracterizam como “circuito de socialização brasileiro”. As autoras chamam a atenção para a fragilidade do funcionamento da rede de proteção criada pelo ECA, e de como isso cria uma espécie de vazio institucional, que leva a uma socialização fortemente exposta às fronteiras da criminalidade. Na conclusão do artigo, e a exemplo dos artigos anteriores, as autoras sustentam que, caso “fortalecidas e articuladas em uma rede que leve em conta, ainda, políticas urbanas, de saúde e segurança pública, entre outras”, a potencialidade das instituições criadas a partir de 1988 poderá ser aumentada “em sua capacidade de reinserir e reter crianças e adolescentes no jogo escolar” e de “interferir na socialização e na dinâmica de reconstituição da sociabilidade urbana”.

O quinto artigo da revista, assinado por Sarah Silva Telles, traz ao debate uma reflexão sobre a família popular. Intitulado **Família e relações de parentesco no universo popular**, o artigo mobiliza um debate bibliográfico sobre o papel que as famílias populares desempenham na proteção social da infância. Situando o debate em uma perspectiva histórico-comparada, a autora chama a atenção para o quanto o recuo do *Welfare State* tem sido determinante para sobrecarregar a família, e muito especialmente as mulheres, com pesadas responsabilidades sobre a reprodução social. No Brasil, apesar do *Welfare State* nunca ter se afirmado em sua plenitude, e mesmo considerando os avanços decorrentes de políticas como o Bolsa Família, a autora observa que também vem ganhando renovada força o discurso que coloca sobre a família a responsabilidade maior pelo fardo da socialização das novas gerações, inclusive enquanto agência capaz de reproduzir um determinado padrão de moralidade, cuja não realização daria lugar a uma “visão criminalizante sobre os pobres, que indicaria, dentre vários atributos negativos, aquele de famílias <desestruturadas>”.

Fecha este número da revista a entrevista com Lucia Rabello, Professora Titular do Departamento de Psicologia da UFRJ. Realizada por Marcelo Burgos e Ana Carolina Canegal, a entrevista valoriza a vasta experiência de pesquisa de Rabello nas áreas da infância, adolescência e juventude. Com sua abordagem interdisciplinar, que anima um rico diálogo entre as Ciências Sociais e a Psicologia Social, Lucia Rabello discorre sobre a relação da criança e do adolescente com a família, com a escola e com a cidade. Nossa entrevistada também problematiza os paradoxos que percebe na relação entre proteção e tutela e de como os processos de socialização das novas gerações no Brasil ainda são fortemente marcados pela ausência de autonomia e da participação da criança e do adolescente. Rabello discute ainda a questão da representação sobre a infância no Brasil, sublinhando o quanto ela segue sendo balizada por um critério sectário: “não há uma ideia de infância como uma categoria geral, universal, de geração mais nova que tem que ser protegida (...) o que está no imaginário brasileiro é que meu filho tem que ser protegido”. Ao final da entrevista, afirma que o debate atual sobre a redução da maioria revela “um profundo mal estar na cultura brasileira, no sentido de que a gente não conseguiu como sociedade, e eu estou falando da geração de adultos, se ver como aqueles responsáveis pela geração mais nova”.